

RELATO DE EXPERIÊNCIA: INCLUSÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA REDE MUNICIPAL DE CURITIBA

Ariany Pinheiro do Rosário dos Santos¹

Ana Cristina Pereira Mota²

Elisângela Karine Martins³

Jocilene Gordiano Lima Tomaz Pereira⁴

Hilda Maria Zanetti Heller⁵

RESUMO

O texto relata a experiência da autora que, ao fazer a transição de carreira para a área da Educação, começou a trabalhar com crianças do espectro autista durante a pandemia de COVID-19, iniciando como estagiária num programa de inclusão escolar no qual atendeu alunos com necessidades especiais, principalmente crianças autistas. Ao longo da experiência, a autora observou as dificuldades do sistema de ensino, como a falta de profissionais e o descompasso entre a legislação e a realidade escolar, o que dificultava o atendimento individualizado. A autora se dedicou a estudar o autismo e, com o tempo, aplicou abordagens como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para melhorar a prática com o aluno, destacando o uso de atividades adaptadas, com materiais estruturados e não - estruturados como massinha de modelar e adesivos, para engajá-lo nas tarefas. Ela também percebeu a falta de acompanhamento da pedagoga da escola e sugeriu uma maior presença dela na sala de aula. Ao refletir sobre a experiência, a autora destacou a importância da formação e suporte adequados para os profissionais de apoio, bem como a relevância da intervenção precoce e do diagnóstico para o desenvolvimento das crianças. Ela acredita que, com mais capacitação, poderia ter otimizado os resultados e ajudado ainda mais no progresso do aluno, enfatizando que o autismo não deve ser visto como uma sentença e que com as intervenções adequadas, a criança pode alcançar a independência.

Palavras-chave: Inclusão, Autismo, Intervenção Precoce, Adaptação de Atividades.

INTRODUÇÃO

Durante a pandemia de COVID-19, fiz uma transição de carreira da área administrativa para a Educação, ingressando no curso de Pedagogia. Meu objetivo sempre foi atuar em sala de aula e adquirir experiência com crianças. Por meio de um grupo de professores e representantes de turma no WhatsApp, tomei conhecimento do estágio oferecido

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Positivo - PR, ariany.rosario@hotmail.com;

² Mestre em Gestão Ambiental pelo PPGAMB da Universidade Positivo-PR, amota@up.edu.br;

³ Doutora em Gestão Ambiental pelo PPGAMB da Universidade Positivo-PR, emartins@up.edu.br;

⁴ Doutora em Educação pela UFPR, jocilene@up.edu.br;

⁵ Mestre em Educação pela PUC -PR, hheller@up.edu.br.



pelo IMAP, que visa qualificar estudantes de Pedagogia no atendimento a crianças com necessidades educacionais especiais.

Este relato tem como objetivo compartilhar os desafios e estratégias adotadas no acompanhamento de um estudante no espectro autista em uma escola da rede pública, destacando a importância de adaptações pedagógicas e da especialização de professores e profissionais de apoio em abordagens científicas, baseadas em evidências na inclusão escolar.

METODOLOGIA

Minha atuação foi baseada na observação e interação direta com o estudante, ajudando oralmente a professora regente registrar suas dificuldades e progressos ao longo do tempo. Além disso, utilizei estratégias adaptadas, como reforço positivo com adesivos e massinha de modelar, para aumentar seu engajamento nas atividades escolares. Também houve trocas constantes com professoras regentes e familiares para compreender melhor suas necessidades e interesses.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo os autores, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem base neurobiológica e impacta significativamente a comunicação e a interação social. Estudos recentes demonstram um aumento na incidência do transtorno, o que reforça a necessidade de adaptação no ambiente escolar para atender essa demanda. Nesse contexto:

O transtorno tem origem neurobiológica, com prejuízos nas áreas da comunicação e interação social, em diferentes níveis. Dados internacionais comprovam a incidência de 1 em cada 36 crianças com 8 anos, dentro do quadro do TEA (CDC, 2023). Outra pesquisa publicada pela Jama Pediatric (Qian *et al.*, 2022), apontou que 1 em cada 30, apresenta o transtorno. Tais informações reforçam as preocupações com esse público e como os atores sociais da escola comportam-se diante dessa nova demanda (Maenner *et al.*, 2020). (BATISTELLO, MARTINS, ALMEIDA, 2025, p. 2).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que se manifesta de forma heterogênea entre os indivíduos. Dificuldades na comunicação verbal e não verbal, bem como na interação social, são características comuns, além da presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos. Entretanto, algumas pessoas com TEA podem demonstrar habilidades acima da média em áreas específicas, como música, arte ou matemática. O diagnóstico desse transtorno baseia-se na análise de padrões comportamentais



e no desenvolvimento infantil, visto que ainda não existem exames de imagem que identifiquem alterações morfológicas características do TEA. (RAMALHAIS, 2024, p. 11).

Dessa maneira, faz-se necessário repensar o ambiente escolar sob novas abordagens empíricas como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) que é uma abordagem científica que desempenha um papel fundamental no ensino de novas habilidades e no apoio ao processo de aprendizagem de estudantes com autismo no ambiente escolar (ROSA e ALBRECHT, 2021, p. 9). A ciência ABA é fundamentada em três pilares principais:

A Análise do Comportamento Aplicada é definida com uma ciência aplicada e é um dos três pilares da Análise do Comportamento, sendo os outros dois a filosofia, denominada Behaviorismo Radical, baseado na obra de Skinner, e a área de desenvolvimento de pesquisa básica, a Análise Experimental do comportamento. Estes três pilares são interdependentes e todos têm a sua relevância para a Análise do Comportamento. Sem levar em consideração os pressupostos filosóficos e os resultados das pesquisas experimentais, não é possível o desenvolvimento da pesquisa aplicada e o desenvolvimento de técnica para a intervenção (DUARTE, SILVA E VELLOSO, 2018, p. 6).

Portanto, diante dos desafios do ensino escolar para crianças com TEA, diferentes abordagens terapêuticas foram desenvolvidas. No entanto, conforme destacado por Silva et al. (2022, p.3,6), a ABA se destaca como a mais abrangente, oferecendo diversas estratégias de intervenção que acompanham o desenvolvimento da criança ao longo da vida.

A escola muitas vezes é o local em que o estudante passa a maior parte do seu dia, pelo menos cerca de vinte horas semanais. Ter professores especializados em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) em sala de aula é fundamental, pois essa abordagem contribui significativamente para o aprendizado dos alunos com TEA. Nesse sentido, "para a implementação de ABA na escola é necessário que a instituição tenha um profissional com formação na área, pois é responsável por planejar cuidadosamente as avaliações e a adaptação curricular para o aluno" (ROSA e ALBRECHT, 2021, p. 10), garantindo que as estratégias utilizadas sejam adequadas às necessidades individuais de cada estudante. A atuação do profissional de apoio é essencial para auxiliar o educador no trabalho com alunos com deficiência, e isso não é diferente quando se trata da aplicação da ABA.

Sua função será a de acompanhar a criança com autismo, aplicando o Currículo Adaptado (isto quer dizer, adaptando contingências como o material de didático ou as dicas físicas ou verbais), registrar de modo sistemático as respostas à essa aplicação e também lidar com a família da criança e com o Analista do Comportamento, interpretando os registros e planejando as novas etapas. O objetivo deste modelo de inclusão é desenvolver no sujeito habilidades acadêmicas e sociais que permitam que ele não mais precise, em algum momento, do apoio em sala de aula (BAGAILO, GUILHARDI, ROMANO, 2011, np apud LACERDA, 2017, p. 88).



Diante disso, repensar e aprimorar as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência, neste caso, com foco específico nas necessidades das pessoas com transtorno do espectro autista. No Brasil, a legislação tem avançado no sentido de garantir direitos e facilitar a integração desses indivíduos, refletindo um compromisso com a igualdade e o respeito às diferenças. Este artigo busca explorar as principais leis brasileiras relacionadas ao autismo, destacando a importância de sua aplicação para promover a conscientização e a inclusão efetiva. Um exemplo é “O Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo”, celebrado em 2 de abril, é oportunidade significativa para promover o entendimento e a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade. Já a Lei Berenice Piana, nº 12.764/2012) foi um marco legislativo no Brasil, estabelecendo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegurando que indivíduos com TEA sejam considerados pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo-lhes os mesmos direitos previstos para pessoas com deficiência. Isso inclui acesso à educação, à saúde e à assistência social, além de promover a inclusão social e a proteção contra a discriminação.

A Lei Brasileira de Inclusão, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº13.146/2015 reforça os direitos das pessoas com autismo, promovendo a acessibilidade, a inclusão social e o direito à educação inclusiva. Esta legislação proíbe expressamente qualquer forma de discriminação e busca garantir que as pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA, tenham sua cidadania plena e efetiva participação na sociedade.

O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil oferece uma política integrada de saúde voltada para o diagnóstico precoce do autismo, bem como o tratamento e o acompanhamento multidisciplinar. Programas de capacitação para profissionais de saúde e educação também fazem parte das iniciativas para melhorar o atendimento e a compreensão do TEA.

No âmbito educacional, a política de inclusão assegura que crianças e adolescentes com autismo tenham o direito à educação junto com os demais estudantes, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo. Isso é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação o Nacional - LDB nº 9394/1996), que estabelece que a educação deve adaptar-se às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme relatado na introdução, minha primeira experiência e contato com crianças com transtorno do espectro autista (TEA) ocorreram quando fiz uma transição de carreira



durante a pandemia. Saí da área administrativa e comercial, especificamente do setor de licitações, para ingressar na área da Educação, cursando Pedagogia.

Já no primeiro semestre, iniciei um estágio que não era em sala de aula, mas em uma universidade, auxiliando o setor de Coordenação Pedagógica no atendimento a jovens e adultos. No entanto, meu objetivo era adquirir experiência em sala de aula e com crianças, intenção primeira ao estudar Pedagogia.

Por meio de um grupo de professores e representantes de turma no WhatsApp, vinculado ao curso de Pedagogia, tomei conhecimento de um processo seletivo para estágio remunerado na Rede Municipal de Educação da Prefeitura de Curitiba. Esse estágio, oferecido pelo Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), por meio do Programa Direito Inclusivo Assegurado, que visa favorecer o processo de inclusão escolar e contribuir para a qualificação profissional dos estudantes de Pedagogia.

O programa abrange a inclusão de crianças com diversas necessidades especiais, mas, devido ao aumento da demanda, a maioria dos estagiários atua com crianças com TEA. Após ter minha documentação aprovada, apresentei a carta de encaminhamento fornecida pelo DIAEE e iniciei minhas atividades na data estipulada.

No primeiro dia, as diretoras me passaram um breve perfil do aluno que eu acompanharia e explicaram a rotina, desde recebê-lo no portão da escola até apoiá-lo durante as aulas, auxiliá-lo na higiene, acompanhá-lo no recreio e, ao final do período, entregá-lo no portão.

O estudante era um menino que a escola classificava como "rabugento", "antissocial" e "um pouco agressivo", além de possuir grande rigidez cognitiva em relação à realização das tarefas. Ele falava pouco e era bastante retraído. No entanto, meu atendimento não se restringia a ele, pois, infelizmente, a rede pública enfrenta uma grande demanda de alunos com necessidades especiais e não há profissionais suficientes para um atendimento individualizado.

O IMAP permite geralmente apenas um profissional de apoio por sala, para evitar superlotação de profissionais, e esse único profissional costuma atender a todas as crianças com necessidades especiais, independentemente do grau de suporte necessário. Assim, percebi que há um grande descompasso entre a legislação e a realidade escolar. Na prática, a atuação dos estagiários é determinada pela diretoria e pela equipe pedagógica de cada escola.

No início, além do aluno ao qual eu estava vinculada, precisei acompanhar outro menino que ainda não possuía laudo, mas cuja emissão estava em andamento. Ele não

necessitava de tanto suporte cognitivo, mas apresentava grandes dificuldades



socioemocionais, especialmente em sala de aula. Ele vinha de um contexto familiar muito complicado: os pais eram separados, a mãe era dependente química e havia sido internada pela própria mãe, que, por sua vez, não tinha condições físicas de cuidar dos netos. Assim, a guarda foi concedida ao pai. Havia dois irmãos neurodivergentes nessa família que frequentavam a escola: um no primeiro ano, na minha sala, e outro no terceiro ano. Ambos estavam em processo de obtenção do laudo.

Fiquei cerca de um mês com esse menino do primeiro ano. Como comecei a trabalhar na metade do ano, não participei das formações iniciais do programa, o que dificultou minha adaptação. A primeira formação de que participei ocorreu posteriormente e foi basicamente uma palestra explicativa sobre o funcionamento do programa e a importância da cooperação com a escola.

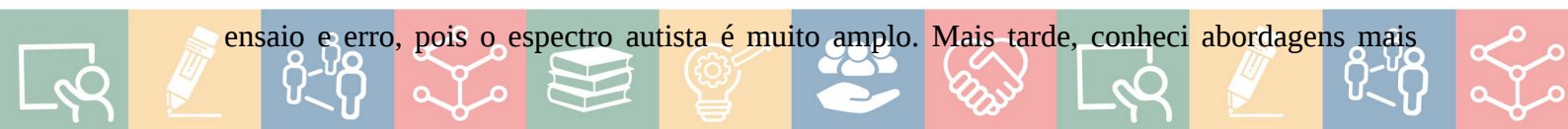
Os irmãos, posteriormente, saíram da escola já com laudo de psicose infantil e foram transferidos para outro município, onde o pai residia. Após essa mudança, passei a acompanhar apenas o aluno ao qual eu estava vinculada oficialmente. Cada profissional de apoio é vinculado formalmente a um aluno, ou seja, no sistema do DIAEE/IMAP, há um cadastro indicando qual profissional acompanha qual estudante.

Após esse período de afastamento, tive dificuldades para me reaproximar do menino, pois, enquanto eu atendia o outro aluno, ele se fechou ainda mais. No início, não pude fornecer a ele um apoio de qualidade, pois o outro menino demandava maior atenção e, quando desorganizado, tornava-se agressivo com os colegas e os profissionais. Apenas após a saída desse segundo aluno, pude me dedicar totalmente ao primeiro.

Esse aluno possuía laudo de autismo, grau 1 de suporte. No entanto, não tive acesso à documentação reservada ao DIAEE- Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional especializado, processo recomendado, mas que, na prática, dificilmente ocorre. Na escola em que eu trabalhava, a pedagoga não disponibilizava esses documentos para os profissionais de apoio. Assim, minha fonte de informações foi a interação diária com os pais na entrada e na saída da escola, o que me permitiu compreender melhor seus gostos e comportamentos.

Os primeiros meses foram muito difíceis. Muitas professoras da rede pública não tiveram formação específica para lidar com alunos neurodivergentes. Algumas tinham boa vontade, mas não sabiam como agir; outras, no entanto, preferiam que esses alunos não estivessem na escola regular.

Apesar dos desafios, eu não desisti. Busquei mais informações sobre o TEA, pedi ajuda aos meus professores e compartilhei experiências com colegas. No início, tudo foi ensaio e erro, pois o espectro autista é muito amplo. Mais tarde, conheci abordagens mais



estruturadas, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que me ajudaram a melhorar minha prática.

Tive a sorte de trabalhar com duas professoras regentes excepcionais, que me ajudaram bastante. A troca de ideias com elas foi fundamental para encontrar formas mais eficazes de ajudar o aluno no dia a dia.

No início, ele não demonstrava hiperfoco ou interesses específicos que pudessem servir de ponto de conexão. Ele tinha muita resistência a interações, tanto para criar laços quanto para formar amizades. Então, fomos testando diferentes atividades e adaptações, observando o que surtia efeito e o que não funcionava.

Com o tempo, descobri que ele se interessava por massinha de modelar. A massinha tornou-se uma espécie de válvula de escape, algo que o acalmava. Ele chegava muito agitado à escola, sem vontade de ficar lá, e rejeitava outras atividades lúdicas ou jogos. Seu tempo de atenção era muito curto—cerca de três a cinco minutos—e, depois disso, ele perdia o interesse pelo resto da tarde.

Mas a massinha era diferente. Ele se envolvia, manipulava o material e, aos poucos, ia se acalmando. A partir desse interesse, comecei a fazer combinados com ele: primeiro, ele poderia brincar um pouco com a massinha para relaxar; depois, faríamos as atividades propostas e, se necessário, ele voltaria à massinha para se reequilibrar.

Notei que, ao longo das atividades, ele chegava a um ponto de limite, onde começava a demonstrar sinais de cansaço e desconforto. Nesses momentos, antes que ele ficasse frustrado, eu sugeria uma pausa para brincar com a massinha e, depois que ele se acalmava, voltávamos à tarefa.

No início, seu ritmo era bem mais lento do que o dos colegas, mesmo com atividades adaptadas. Muitas vezes, não conseguíamos concluir uma atividade no mesmo dia e precisávamos retomá-la em outra ocasião. O mais importante para mim era que ele realizasse as atividades com alegria, sem sentir aquilo como uma obrigação desgastante.

Com o tempo, ele foi se abrindo mais e gostando das atividades. Depois, descobrimos outro interesse: adesivos! Então, comecei a utilizá-los, especialmente os de dinossauros, como reforço positivo. Sempre que ele se esforçava ou completava uma parte da atividade, eu o elogiava, destacando seu empenho e progresso, independentemente do resultado final.

Com essa abordagem diária, ele passou a perceber suas próprias conquistas. O que antes era um desafio passou a ser algo mais natural e, pouco a pouco, ele foi se sentindo mais confiante e engajado. Algumas atividades adaptadas ainda eram confusas, até mesmo para



nós, e nem sempre estavam bem formuladas. Mas, com paciência e ajustes constantes, fomos encontrando caminhos que realmente funcionavam para ele.

Eu sentia muita falta da presença mais ativa da pedagoga na sala de aula, acompanhando pelo menos um dia da rotina dos alunos, especialmente dos neurodivergentes. Ela fazia adaptações com base no que a professora regente passava, o que é válido, pois demonstra confiança e dá autonomia à regente. No entanto, acredito que o papel da pedagoga também envolve observar diretamente o dia a dia dos alunos para garantir que as adaptações estejam adequadas e, se necessário, realizar ajustes.

Uma coisa é criar estratégias com base no que os outros relatam; outra é vivenciar a realidade da sala de aula, sentindo na pele as dificuldades e necessidades individuais de cada criança. Eu sentia falta desse acompanhamento mais próximo. Não precisava ser diário, mas poderia haver um cronograma para visitas periódicas, talvez quinzenais ou mensais, para garantir um suporte mais efetivo.

Conforme o aluno foi se adaptando à rotina escolar e eu fui me aprofundando nos estudos, percebi que muitas das estratégias que aplicava eram baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), embora sem estruturação formal ou registros adequados para acompanhar seu progresso. Eu não possuía fichas para mensurar a evolução dele e não sei se isso cabia ao meu papel dentro daquela política pública do município. Mas essa experiência despertou em mim um grande interesse pela ABA, pois percebi que, mesmo com pouca capacitação na área, já via resultados positivos no desenvolvimento da criança. Imagine se, desde o início, eu tivesse um curso de aplicadora ABA e pudesse estruturar esse acompanhamento de maneira mais científica e eficiente!

Se eu tivesse mais formação e suporte, poderia demonstrar com mais clareza para a professora regente e para a pedagoga o quanto ele estava evoluindo, não apenas em habilidades acadêmicas, mas também em competências para a vida cotidiana dentro da escola. O tempo que as crianças passam na escola é maior do que o tempo que passam em terapias clínicas, então, se houvesse uma capacitação mais aprofundada para os profissionais de apoio, poderíamos otimizar muito essas 20 horas semanais que passamos com os alunos.

O aluno em questão ingressou na escola com seis anos, ainda dentro de uma parte importante da janela de plasticidade cerebral, que se encerra por volta dos oito ou nove anos. Se ele tivesse recebido um suporte mais estruturado desde a educação infantil, talvez no



ensino fundamental já não precisasse mais de um profissional de apoio, ou a necessidade seria mínima.

A intervenção precoce é essencial. Quanto mais cedo o diagnóstico e a conscientização dos pais, maiores são as chances de a criança desenvolver habilidades fundamentais para sua independência futura. Aceitar o diagnóstico pode ser difícil para as famílias, mas entender os marcos do desenvolvimento infantil e agir rapidamente faz toda a diferença.

O autismo não é uma sentença. Com as intervenções adequadas, uma pessoa com TEA pode aprender, evoluir e conquistar sua independência. O mais importante é garantir que a criança tenha acesso ao suporte necessário desde cedo, aproveitando a janela de oportunidade da plasticidade cerebral para desenvolver ao máximo suas capacidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica complexa que afeta a capacidade de comunicação e interação social da pessoa. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que 1 em cada 160 crianças no mundo tenha autismo. No Brasil, embora não existam estatísticas oficiais completas sobre o número de pessoas com TEA, a demanda por serviços de saúde, educação especial e apoio social tem crescido, evidenciando a necessidade de políticas públicas eficazes e inclusivas.

Embora o Brasil tenha feito progressos significativos na legislação em favor das pessoas com TEA, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir sua plena inclusão e participação na sociedade. É fundamental que governo, sociedade civil e setor privado trabalhem juntos para superar os desafios existentes, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária para todos. A educação, a conscientização e a adaptação de serviços são pilares essenciais nesse processo, garantindo que pessoas com autismo possam desenvolver todo o seu potencial.

A inclusão escolar de crianças com TEA ainda enfrenta desafios significativos, principalmente pela carência de profissionais especializados e de adaptações eficazes. No entanto, a vivência mostrou que estratégias personalizadas e um ambiente acolhedor podem impactar positivamente o desenvolvimento dessas crianças. A formação continuada dos professores, profissionais de apoio e o investimento em abordagens estruturadas são essenciais para garantir um ensino verdadeiramente inclusivo.



REFERÊNCIAS

BATTISTELLO, V. C. M.; MARTINS, R. L.; ALMEIDA, L. R. Mapeando a inclusão escolar: Operacionalização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para crianças com autismo. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 2, 2025. DOI: 10.56579/rei.v7i1.1370. Disponível em: <<https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1370>>. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRASIL, _____. LEI Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015 PLANALTO Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL, _____. LEI Nº 9394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 PLANALTO Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional.

BRASIL, _____. LEI Nº 12.764 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 PLANALTO Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

DUARTE, Cintia Perez Duarte; SILVA, Luciana Coltri; VELLOSO Renata de Lima. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo**. São Paulo, Editora Memon. 2018.

LACERDA, Lucelmo. **Transtorno do Espectro Autista: Uma Brevíssima Introdução**. Curitiba: CRV, 2017.

RAMALHAIS, T. F. Compreendendo o Autismo. Formiga (MG): **Editora Union**, p. 11, 2024. Disponível em: <<https://www.editoraunion.com.br/2024/04/compreendendo-o-autismo.html>>. Acesso em: 1 mar. 2025.

ROSA, S. O.; ALBRECHT, A. R. M. Estudo sobre a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e sua contribuição para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), graus II e III, no Ensino Fundamental I. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Especial) – UNINTER. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/905>. Acesso em: 2 mar. 2025.

SILVA, H. J. R.; PASSETO, R. D.; BARCELOS, L. B. Contribuições do método ABA para a criança autista nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista da Graduação UNIGOIÁS**, 2022. Disponível em: <https://anhanguera.edu.br/wp-content/uploads/Artigo-1-3.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025.

